

EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 001/2018.

CONCESSÃO DE INCENTIVO INDUSTRIAL, NA FORMA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO SOBRE BEM IMÓVEL, PARA INSTALAÇÃO DE EMPRESA.

O MUNICÍPIO DE PARACAMBI-RJ, por sua Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Energia, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal N.º 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Municipal n.º 1.163/2015, torna público, para conhecimento dos interessados, que às **10:00 horas do dia 02 de Abril do ano de 2018, na Prefeitura Municipal de Paracambi, na sala da Superintendência de Licitação e Contratos, reunir-se-á a Comissão de Licitação com a finalidade de receber propostas para concessão de incentivo industrial, na forma de Concessão de Direito Real de Uso Sobre Bem Imóvel de propriedade do Município de Paracambi, localizado na área industrial, para instalação de empresa.**

1- DO OBJETO

1.1 - Esta Licitação destina-se a receber propostas para concessão de direito real de uso sobre bens imóveis, localizados na área industrial de propriedade do Município, com a finalidade de incentivo e estímulo à instalação de empresa e geração de emprego e renda, no Município de Paracambi, assim descrito:

- MATRÍCULA N.º 2.600: Lote 17 com 1.500m² (mil e quinhentos metros quadrado, tendo 30,00 metros de frente para a rua 01; 50,00 metros pelo lado direito pelo lote 16; 50,00 metros pelo lado esquerdo para área de propriedade de MC-Administração e Participações Ltda. (Casa de Saúde Dr. Eiras); 30,00 metros pelos fundos de área reservada a Prefeitura. É atribuído ao imóvel o valor de R\$217.120,72 (duzentos e dezessete mil, cento e vinte reais e setenta e dois centavos), nos termos do parecer exarado pela Comissão de Avaliação Imobiliária do Município.

- MATRÍCULA N.º 2.600: Lote 12 com 1.500m² (mil e quinhentos metros quadrado, tendo 30,00 metros de frente para a rua 01; 50,00 metros pelo lado direito pelo lote 11; 50,00 metros pelo lado esquerdo para o lote 13; 30,00 metros pelos fundos de área reservada a Prefeitura. É atribuído ao imóvel o valor de R\$ 217.120,72 (duzentos e dezessete mil, cento e vinte reais e setenta e dois centavos), nos termos do parecer exarado pela Comissão de Avaliação Imobiliária do Município.

1.2 - As condições mínimas para fazer jus à concessão de direito real de uso de cada bem imóvel de que trata este edital são:

a) implantar empreendimento novo, não sendo aceita a simples mudança de razão social, a transferência de quotas ou controle acionário, a aquisição de estabelecimento existente, bem como a mudança de atividade econômica;

- b) a geração e manutenção no primeiro ano de atividade no imóvel, no mínimo, 30 (trinta) empregos diretos na empresa a ser instalada, preferentemente com mão-de-obra local;
- c) faturamento global médio anual do proponente de, no mínimo, R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), a contar do início das atividades na área industrial do Município de Paracambi, conforme Anexo VI;
- d) apresentação de projeto de instalação da atividade em, no máximo, 90 (noventa) dias, a contar da publicação do termo de concessão;
- e) implantar integralmente o empreendimento novo no prazo máximo de 12 (doze) meses, contar da publicação do termo de concessão.
- f) gerar a DECLAN-IPM vinculada ao Município de Paracambi;
- g) compromisso de contrapartida consistente na reforma ou ampliação de unidade escolar do Município no valor mínimo de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).

2- DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

2.1 - As propostas serão recebidas pela Comissão de Licitação no dia, hora e local mencionados no preâmbulo, em uma via datilografada ou digitada, assinada em sua última folha e rubricada nas demais pelos proponentes ou seus procuradores constituídos, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, em 02 (dois) envelopes distintos, lacrados, contendo na sua parte externa e frontal a seguinte inscrição:

**AO MUNICÍPIO DE PARACAMBI
CONCORRÊNCIA N.º 001/2018
ENVELOPE N.º 01 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE - NOME COMPLETO DA EMPRESA**

**AO MUNICÍPIO DE PARACAMBI
CONCORRÊNCIA N.º 001/2018
ENVELOPE N.º 02- PROPOSTA
PROPONENTE - NOME COMPLETO DA EMPRESA**

3- DA HABILITAÇÃO

3.1 - No envelope n.º 01 deverão constar os seguintes documentos:

3.1.1. As pessoas jurídicas deverão apresentar no Envelope n.º 1, os seguintes documentos:

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis; para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- b) Em se tratando de sociedades comerciais, contrato social ou estatuto em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de

documentos de eleição de seus administradores; inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência; Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício; decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

- c) os atos constitutivos das empresas licitantes deverão estar acompanhados dos demais documentos aditivos e modificativos do seu texto ou, preferencialmente, da respectiva consolidação;
- d) Comprovante de Inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata, para o exercício de atividade classificada como potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo I da mencionada Instrução, quando for o caso;
- e) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- f) certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS;
- g) prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante, sendo que a regularidade fiscal municipal será comprovada através de certidão negativa de débitos expedida pela Secretaria Municipal de Finanças da sede do licitante;
- h) declaração de pleno conhecimento do local onde deverá ser instalado o empreendimento, de suas condições, relevo, topografia, composição do solo, infraestrutura e acessos viários, assinada pelo representante da empresa licitante, constante do Anexo III;
- i) certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor do foro da sede da empresa a menos de 30 (trinta) dias da data da abertura das propostas;
- j) declaração firmada pela licitante acerca da estrita observância do art. 7.º inciso XXXIII da Constituição Federal, conforme Anexo IV, sendo que a eventual revelação do descumprimento da regra acarretará imediata inabilitação ou desclassificação do certame, conforme a fase em que se encontre;
- k) certidão negativa de protestos expedida pelo Cartório competente da sede da empresa licitante;

- l) certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT) expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.542, de 1.º de maio de 1943;
- m) declaração expressa do responsável pela empresa licitante, de que a mesma não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações e que não existem superveniências de fatos impeditivos para sua habilitação, conforme Anexo V;
- n) declaração de responsabilidade ambiental nos termos contidos no Anexo VII deste edital.

3.2 - Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou servidor do Município, ou publicação na imprensa oficial.

3.3 - As licitantes e respectivos representantes legais que omitirem impedimento à sua participação, na forma aqui estabelecida, poderão responder administrativa, civil e penalmente pelo ato, nos termos da legislação vigente.

3.4 - Serão inabilitados as empresas licitantes que não fornecerem todos os documentos exigidos ou se estiverem ilegalmente formalizados, com vigência vencida ou em desconformidade com o edital.

4- DA PROPOSTA

4.1- O envelope n.º 02 deverá conter:

- a) indicação do número total de empregos diretos a serem gerados e mantidos com o empreendimento, sendo, para tanto, considerado o número de empregos formais (com Carteira de Profissional de Trabalho assinada), conforme quantidades mínimas estabelecidas no item 1.2, letra “b”, deste edital;
- b) estimativa dos tributos a serem gerados direta ou indiretamente em favor do Município, através da apresentação de projeção de faturamento anual previsto a partir do início das atividades;
- c) valor da contrapartida financeira para a reforma de unidade escolar.

4.2 - A proposta, que terá validade mínima de 90 (noventa) dias da sua apresentação, deverá ser apresentada em impresso próprio, contendo o número do presente processo licitatório, o CNPJ, endereço, nome da empresa, datilografada ou computadorizada, sem rasuras, emendas, entrelinhas ou ressalvas, datada e assinada por pessoa com poderes para tanto;

4.3- As propostas deverão obedecer, rigorosamente, aos termos deste Edital, não sendo consideradas aquelas que fizerem referência à proposta de outro licitante.

4.4- Não serão admitidos cancelamentos, retificações ou alterações nas condições estabelecidas após abertas as propostas.

4.5- Será permitida a apresentação de proposta de uma mesma pessoa jurídica com o fim de ser escolhido para a concessão de ambos os imóveis ofertados. Neste caso, deverão ser apresentados projetos de estabelecimento distintos, com o cumprimento das condições mínimas previstas no item 1.2 em cada proposta.

5- DO JULGAMENTO

5.1 - Serão critérios de julgamento das propostas:

- a) maior número total de empregos diretos a serem gerados e mantidos com o empreendimento, sendo, para tanto, considerado o número de empregos formais (com Carteira de Profissional de Trabalho assinada), conforme quantidades mínimas estabelecidas no item 1.2 letra “b”, deste edital;
- b) maior estimativa dos tributos a serem gerados direta ou indiretamente em favor do Município, através da apresentação de projeção de faturamento anual previsto a partir do início das atividades;
- c) maior valor da contrapartida financeira para reforma de unidades escolares da rede de ensino do Município.

5.1.1 – Na proposta de investimentos no Município a licitante poderá inserir compromisso de aumento da geração empregos até o quinto ano de funcionamento da unidade industrial, por exemplo, gerar 30 empregos diretos no primeiro ano, mais 15 no terceiro ano, mais 15 no quarto ano, chegando ao quinto ano com um total de 60 empregos diretos gerados pela atividade empresarial.

5.2 - Aos critérios serão distribuídas notas, da seguinte maneira:

- a) para cada emprego direto gerado e mantido no município de Paracambi com a instalação do empreendimento, absorvendo mão-de-obra, preferentemente, de munícipes paracambienses, em quantitativo acima do mínimo previsto no item 1.2 letra “b” deste edital, corresponderá a 03 (três) pontos;
- b) para cada R\$10.000,00 (dez mil reais) de faturamento médio anual, a contar do valor mínimo exigido, através de estimativa apresentada pela empresa, corresponderá a 02(dois) pontos, limitado ao máximo de 1.000 (mil) pontos;
- c) para cada R\$5.000,00 (cinco mil reais) acima do valor mínimo destinado a contrapartida financeira para a reforma de unidade escolar da rede municipal corresponderá a 01(um) ponto, limitado ao máximo de 20 (vinte) pontos.

5.3 - Será considerada vencedora a proposta que obtiver maior nota no somatório total.

5.4 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será utilizado o sorteio, em ato público, na forma do parágrafo 2.º do art. 45 da Lei n.º 8.666/93.

5.5 - Havendo divergência entre os valores e números apresentados na proposta por algarismos ou escritos por extenso, considerar-se-á válido apenas a parte escrita por extenso.

5.6 - Havendo a indicação de mais de um número ou valor na proposta para cada alínea acima, considerar-se-á apenas o menor número ou valor proposto para cada alínea.

5.7 - Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste edital, ou as consideradas inexequíveis, por impossibilidade de serem executadas na forma proposta.

5.8 – O Município de Paracambi se reserva no direito de pedir novos detalhes em consequência das propostas apresentadas, assim como revogar ou anular a licitação, no todo ou em parte, ou transferi-la a seu critério, sem que por esse motivo os concorrentes tenham direito a qualquer indenização ou reclamação.

6- DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

6.1 - Caberá à Comissão de Licitação:

6.1.1 - Receber os envelopes Documentação e Proposta na forma estabelecida neste Edital.

6.1.2 - Proceder à abertura dos envelopes contendo a Documentação, que será rubricada por todos os presentes, em todas as folhas.

6.1.3 - Examinar a documentação, nos termos deste Edital e da Lei n.º 8.666/93, rejeitando a apresentada de maneira deficiente ou incompleta. Neste caso, o envelope n.º 02, fechado e rubricado por todos os presentes, será devolvido ao interessado após a homologação do julgamento final da Concorrência objeto deste Edital.

6.1.4 - Uma vez abertos os envelopes da Documentação, após terem sido julgados habilitados ou rejeitados os concorrentes, na mesma sessão pública, ou em sessão subsequente a ser designada, a Comissão Julgadora procederá a abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados, determinando que sejam lidas e rubricadas pelos presentes. Os envelopes contendo as propostas dos concorrentes inabilitados permanecerão fechados e, após rubricados, serão devolvidos.

6.1.5 - Lavrar atas circunstanciadas das sessões da licitação, que serão assinadas pelos membros da Comissão Julgadora e por todos os licitantes presentes, independente, de terem ou não sido julgados habilitados.

6.1.6 - No término dos seus trabalhos, no prazo de 05 (cinco) dias, a Comissão Julgadora elaborará o relatório final, concluindo, formal e explicitamente, com a recomendação da licitante vencedora, assim considerada a empresa que tiver apresentado a maior nota do somatório dos critérios estabelecidos neste Edital, podendo, ainda, quando julgar conveniente, propor a revogação ou anulação da concorrência, dentro do prazo, justificando a proposição.

6.1.7 - Se julgar conveniente, a Comissão de Licitações poderá propor a suspensão da licitação, em qualquer uma das suas fases, para efetivar as análises indispensáveis e

desenvolver as diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, internamente, preestabelecendo data e hora para divulgação preliminar do resultado da etapa que estiver em julgamento.

6.1.8 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, baseada nas ofertas dos demais licitantes.

7 - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE:

7.1 - A licitante vencedora terá as seguintes responsabilidades e obrigações:

a) assinar o Termo de Compromisso no prazo de até 10 (dez) dias após a convocação de que trata o item 11.1 deste edital ou assim que solicitado pelo Município de Paracambi;

b) cumprir todas as cláusulas e condições deste Edital, do Termo de Compromisso de Incentivo Industrial, da Lei Municipal n.º 1.163/2015, bem como demais atos administrativos decorrentes deste edital;

c) proceder ao início e concluir a instalação do empreendimento num prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados da aprovação do projeto e do licenciamento da atividade pelos órgãos competentes;

d) permitir aos encarregados da fiscalização do Município, durante o período da concessão industrial, livre acesso, em qualquer época, aos imóveis objeto deste certame, para certificação de sua utilização, inclusive das instalações do empreendimento;

e) manter e conservar, às suas custas, os bens objeto desta concorrência;

f) fornecer ao Município, sempre que solicitado, quaisquer informações e/ou esclarecimentos que sejam inerentes à relação contratual decorrente deste certame;

g) cumprir a legislação vigente para a instalação de suas atividades, ou para o exercício delas, incluindo todas as providências necessárias à obtenção de alvarás, licenças ou demais exigências legais (incluindo as exigências ambientais);

h) pagar todos os tributos, emolumentos ou encargos que incidirem sobre o imóvel ou as atividades ou serviços desenvolvidos pela beneficiada com a concessão de que trata este certame, bem como despesas decorrentes da instalação, uso e manutenção dos bens imóveis;

i) responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes da relação trabalhista e previdenciária, especialmente aquelas decorrentes do vínculo empregatício que firmar com seus empregados a fim de fornecer os empregos a que está obrigada, eximindo o Poder Público Municipal de qualquer responsabilidade, seja solidária ou subsidiária;

j) fornecer ao Município anualmente até o último dia útil do mês de fevereiro de cada ano, relação dos empregados através do registro na CTPS e o valor do faturamento do mesmo período (de janeiro a dezembro do ano anterior), com demonstrativo mês a mês, para que o Município possa conferir o cumprimento da proposta oferecida;

k) responsabilizar-se pelo cumprimento e observância da legislação ambiental, arcando com as reparações e recomposições em decorrência de eventuais danos causados ao meio ambiente em virtude da atividade econômica exercida no local, ficando o Município isento de qualquer tipo de responsabilidade, seja principal, acessória ou subsidiária.

8 - DA CLÁUSULA DE INDENIZAÇÃO

8.1 - A cláusula de indenização constará do Termo de Compromisso de Incentivo Industrial e consistirá no pagamento em favor do município, de aluguel mensal, em valor a ser apurado mediante laudo técnico do Engenheiro do Município, relativo ao período de utilização pela empresa beneficiada, acrescido de correção monetária pelo IGPM-FGV e juros legais de 12% ao ano, no caso de fechamento do estabelecimento, suspensão ou interrupção das atividades ou de redução ou não alcance das metas constantes da proposta antes de cumprido o prazo mínimo de dez anos contados do efetivo início das atividades de que trata o item 14.1 deste Edital.

9 - DO DIREITO DE RESERVA

9.1 – O Município reserva-se no direito de revogar a licitação no caso de conveniência administrativa ou em nome do interesse público, e no de anular a licitação nos casos previstos em lei, ressalvando-se apenas o direito do contratado ou proponente à indenização nos casos e na forma previstos na Lei n. ° 8.666/93.

10 - DOS RECURSOS

10.1 - Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei n. ° 8.666/93, cabem neste processo licitatório:

10.1.1 - Recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação e inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) nos demais casos previstos na lei 8.666/93.

10.1.2 - Pedido de reconsideração da decisão do Superintendente de Licitações e Contratos no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato, na hipótese de declaração de inidoneidade.

10.2 - O recurso previsto no item 10.1.1, letras 'a' e 'b' terá efeito suspensivo, e os demais terão efeito apenas devolutivo.

10.3 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado.

10.4 - Os recursos previstos neste edital deverão ser datilografados ou digitados, devidamente fundamentados e assinados por representante legal da licitante concorrente ou procurador devidamente habilitado, não sendo conhecidos aqueles interpostos intempestivamente.

11 - DO PRAZO PARA ASSINATURA DO TERMO DE COMPROMISSO

11.1 - Após esgotados todos os prazos para recursos, nos termos do art. 100 da Lei 8.666/93, a Administração, no prazo de até 10 (dez) dias, convocará o vencedor para assinar Termo de Compromisso de Incentivo Industrial, na forma de concessão de direito real de uso sobre bem imóvel.

11.2 - O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada, e durante o transcurso do prazo constante do item anterior.

11.3 - Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o Termo de Compromisso, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do instrumento, em iguais condições propostas pelo 1.º classificado, ou então, revogar a licitação, sem prejuízo de aplicação das penalidades previstas pelos arts. 81 e 87 de Lei n.º 8.666/93.

12 - DAS PENALIDADES:

12.1 - Pelo descumprimento, pela licitante vencedora, das disposições deste Edital, respectivos anexos, ou dos demais atos que lhe forem decorrentes, ou ainda da legislação vigente, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, isoladas ou conjuntamente com outras previstas na Lei 8.666/93:

- a) advertência expressa e escrita;
- b) multa a ser arbitrada em valor até 10% (dez por cento) do valor do imóvel objeto da concessão de incentivo industrial;
- c) impedimento de participar de qualquer processo licitatório efetuado pelo Município de Paracambi, pelo período de até 02 (dois) anos da data da notificação;
- d) declaração de inidoneidade;
- e) rescisão do contrato, com reversão do objeto e/ou indenização.

12.2 - As penalidades serão aplicadas somente após devidamente apurados os fatos, encerrado processo administrativo competente, onde será oportunizado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

13 – DA IMPUGNAÇÃO DO PRESENTE EDITAL

13.1 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade ou nulidade relativas à aplicação da Lei n.º 8.666/93, devendo protocolar a impugnação junto à Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento, endereçado para o Setor de Licitações, até 05 (cinco) dias úteis antes da data estabelecida para a entrega dos documentos, devendo a Comissão de Licitações julgar e responder a impugnação em até 03 (três) dias úteis;

14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - A empresa licitante deverá manter as atividades nas condições propostas pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos ininterruptos contados a partir do efetivo início de suas atividades.

14.1.1 – A partir do décimo primeiro ano a empresa poderá reduzir, justificadamente, suas atividades, desde que mantidos os requisitos mínimos da Lei Municipal 1.163/2015, especialmente o número mínimo de 30 empregos diretos.

14.2 - A concessão do direito real de uso será pelo prazo de 30 (trinta) anos contados a partir do efetivo início das atividades no local pela empresa beneficiada, podendo ser prorrogada por igual período, desde que haja interesse público.

14.3 - A fiscalização das atividades desenvolvidas pela licitante vencedora será exercida pelo Município de Paracambi, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Energia.

14.4 - A inabilitação da licitante em qualquer das fases do procedimento licitatório importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

14.5 - Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições deste Edital.

14.6 - Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação de documentação e propostas exigidas no Edital e não apresentadas na reunião de recebimento.

14.7 - Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificação ou substituição das propostas ou qualquer outro documento.

14.8 - Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar atas, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão Julgadora.

14.9 - Uma vez iniciada a sessão, não serão admitidos concorrentes retardatários.

14.10 - Em caso de desistência da empresa vencedora da presente licitação, o Município, a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal, poderá aplicar qualquer

das sanções previstas pelo art. 87 da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo das previstas no item 12 deste edital, naquilo em que for aplicado.

14.11 - Do Termo de Compromisso de Incentivo Industrial, na forma de concessão de direito real de uso sobre bem imóvel, a ser assinado com a licitante vencedora deverão constar, obrigatoriamente, as hipóteses de rescisão previstas no art. 78 da Lei n.º 8.666/93, além da previsão de que, será considerado rescindido caso a empresa descumpra as metas da proposta de investimento antes de transcorrido o prazo de 10 (dez) anos do início do funcionamento ou não cumpridas as disposições de que trata este edital, prevendo-se expressamente a cláusula de indenização.

14.12 - A participação no presente certame importará na aquiescência formal, tácita e incondicional da empresa a todos os termos contidos no presente edital, seus respectivos anexos, bem como às normas legais vigentes.

14.13 - As despesas com consumo de energia elétrica, água potável e demais custos de manutenção do imóvel objeto do presente incentivo industrial, serão suportadas exclusivamente pela licitante vencedora, sem direito, em hipótese alguma a ressarcimento posterior.

14.14 - Em qualquer ocasião, antecedendo a data fixada para apresentação dos documentos, a Comissão de Licitações ou o Município de Paracambi, poderá, por sua iniciativa ou em consequência de respostas fornecidas a solicitações de esclarecimentos, modificar o edital, observando o disposto no §4º, do art. 21, da Lei n.º 8.666/93, quando for o caso.

14.15 - Fica eleito o Foro da Comarca de Paracambi para dirimir eventuais litígios decorrentes da aplicação deste Edital e dos atos supervenientes, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

14.16 - Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Paracambi, de segunda a sexta-feira, das 09h00min às 11h30min e das 13h30min às 17hs, na sala da Superintendência de Licitações e Contratos, ou pelo telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103.

Paracambi, ____ de _____ de 2018.

ELIAS FERREIRA DA ROSA
Pregoeiro

ANEXO I

TERMO DE COMPROMISSO DE INCENTIVO INDUSTRIAL, NA FORMA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO SOBRE BEM IMÓVEL, PARA INSTALAÇÃO DE EMPRESA.

CONCORRÊNCIA N.º 001/2018.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5481/2017.

Que fazem entre si, justos e contratados, de um lado o **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, n.º 50, em Paracambi/RJ, por sua Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Energia, neste ato apresentada pelo Secretário de Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Energia Sr. Júlio da Silva Gonçalves Oliveira, brasileiro, casado, portador do CPF n.º e Cédula de Identidade n.º, residente e domiciliado na Rua, n.º, em Paracambi/RJ, de ora em diante identificado tão somente por **MUNICÍPIO**; e de outro lado, a empresa, inscrita no CNPJ sob n.º, com sede a, n.º, no município de, neste ato representada por seu diretor/sócio-gerente,, brasileiro,, empresário, portador do CPF n.º e Cédula de Identidade n.º, residente e domiciliado na, n.º, em, doravante identificada apenas por **EMPRESA**.

01 - OBJETO

1.1 - Pelo presente Termo de Compromisso, em face ao resultado da Concorrência n.º 01/2018, o **MUNICÍPIO** assume o compromisso em favor da **EMPRESA** em proceder a todas as diligências legais para a concessão de incentivo industrial, na forma de concessão de direito real de uso sobre bem imóvel, localizado na área industrial, de propriedade do **MUNICÍPIO**, com a finalidade da EMPRESA instalar no município de Paracambi 01(um), assim descritos:

- **MATRÍCULA** **N.º**: **(descrição do imóvel)**.....
....., **do qual se atribui o valor de R\$....., nos termos do parecer exarado pela Comissão de Avaliação Imobiliária do Município.**

02 - VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1 - O presente Termo de Compromisso é expressamente vinculado ao Edital de Concorrência n.º 01/2018, cujas disposições passam a fazer parte do presente instrumento para todos os fins legais, independentemente de transcrição.

03 - PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES

3.1 - A empresa licitante deverá manter as atividades nas condições propostas pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos ininterruptos contados a partir do efetivo início de suas atividades, consistente em:

- a) Geração de empregos diretos;
- b) Faturamento médio anual de R\$.....

3.2 - A partir do décimo primeiro ano a empresa poderá reduzir, justificadamente, suas atividades, desde que mantidos os requisitos mínimos da Lei Municipal 1.163/2015, especialmente o número mínimo de 30 empregos diretos.

04 - PRAZO DE DURAÇÃO DO INCENTIVO

4.1 - A concessão do direito real de uso será pelo prazo de ____ (____) anos contados a partir do efetivo início das atividades no local pela empresa beneficiada, podendo ser prorrogada por igual período, desde que haja interesse público.

05 - COMPROMISSOS DA EMPRESA

5.1 - Gerar e manter no **primeiro ano** de atividade, no mínimo (.....) empregos diretos na empresa a ser instalada no bem imóvel objeto desta concessão; no **segundo ano** de atividade ampliação de mais (.....) vaga(s) de emprego(s) direto(s); no **terceiro ano** de atividade ampliação de mais (.....) vaga(s) de emprego(s) direto(s); e no **quarto ano** de atividade ampliação de mais (.....) vaga(s) de emprego(s) direto(s).

5.2 - Manter um faturamento médio anual da EMPRESA instalada no município de Paracambi, de no mínimo R\$..... (.....), por no mínimo 10 (dez) anos, a contar do início das atividades.

5.3 - Para efeito de comprovação de geração dos empregos considerar-se-á o número de empregos formais com Carteira de Profissional de Trabalho devidamente assinada, nos termos da lei.

6 - RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA

6.1 - Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital de Concorrência n.º 01/2018, do presente Termo de Compromisso de Incentivo Industrial, bem como demais atos administrativos decorrentes da execução da concessão do incentivo.

6.2 - Apresentar projeto de instalação da atividade aos órgãos responsáveis pela aprovação e licenciamento em, no máximo, 90 (noventa) dias, a contar da publicação do instrumento de concessão, sob pena de rescisão do presente Termo de Compromisso.

6.3 - Iniciar e concluir, ainda que parcialmente, à instalação do empreendimento, com o efetivo início das atividades da EMPRESA nos bem imóvel objeto desta concessão, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após a aprovação do projeto e licenciamento pelos órgãos competentes, sob pena de rescisão do presente Termo de Compromisso.

6.3.1 – A instalação do empreendimento poderá se dar em etapas para que o estabelecimento esteja total implantado no prazo de 12 (doze) meses, conforme item 1.2, “e” do edital, valendo o prazo de 120 dias para início de alguma etapa da atividade empresária, com geração de empregos e produção industrial.

6.4 - Permitir aos encarregados da fiscalização do MUNICÍPIO, durante o período da concessão de direito real de uso para fim industrial, livre acesso, em qualquer época, ao imóvel objeto deste certame, para certificação de sua utilização, inclusive das instalações do empreendimento.

6.5 - Manter e conservar, às suas custas, o bem objeto deste Termo de Compromisso.

6.6 - Fornecer ao MUNICÍPIO, sempre que solicitado, quaisquer informações e/ou esclarecimentos que sejam inerentes à relação contratual decorrente deste certame.

6.7 - Cumprir a legislação vigente para a instalação de suas atividades, ou para o exercício delas, incluindo todas as providências necessárias à obtenção de alvarás, licenças ou demais exigências legais (incluindo as exigências ambientais).

6.8 - Pagar todos os tributos, emolumentos ou encargos que incidirem sobre o imóvel ou as atividades ou serviços desenvolvidos pela beneficiada com a concessão de que trata este certame, bem como despesas decorrentes da instalação, uso e manutenção no bem imóvel.

6.9 - Responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes da relação trabalhista e previdenciária, especialmente aquelas decorrentes do vínculo empregatício que firmar com seus empregados a fim de fornecer os empregos a que está obrigada, eximindo o Poder Público Municipal de qualquer responsabilidade, seja solidária ou subsidiária.

6.10 - Responsabilizar-se pelo cumprimento e observância da legislação ambiental, arcando com as reparações e recomposições em decorrência de eventuais danos causados ao meio ambiente em virtude da atividade econômica exercida no local, ficando o Município isento de qualquer tipo de responsabilidade, seja principal, acessória ou subsidiária.

6.11 - Fornecer ao MUNICÍPIO anualmente até o último dia útil do mês de fevereiro de cada ano, relação dos empregados através do registro na CTPS e RAIS e o valor do faturamento do mesmo período (de janeiro a dezembro do ano anterior), com demonstrativo mês a mês, para que o MUNICÍPIO possa conferir o cumprimento da proposta oferecida.

6.12 - Tomar todas as providências necessárias para a aprovação de todos os projetos referentes à construção civil e outros necessários para o exercício da atividade

proposta junto ao Município, antes do início de qualquer atividade, sob pena de embargo.

7 - DA INDENIZAÇÃO

7.1 - A indenização consistirá no pagamento em favor do município, de aluguel mensal, em valor a ser apurado mediante laudo técnico da Comissão de Avaliação Imobiliária do Município, relativo ao período de utilização pela empresa beneficiada, acrescido de correção monetária pelo IGP-M - FGV e juros legais de 12% ao ano, no caso de fechamento do estabelecimento, suspensão ou interrupção das atividades ou de redução ou não alcance das metas constantes da proposta antes de cumprido o prazo mínimo de dez anos contados do efetivo início das atividades de que trata o item 14.1 do Edital.

8 - FISCALIZAÇÃO

8.1 - A fiscalização das atividades desenvolvidas pela EMPRESA será exercida pelo Município de Paracambi, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Energia.

9 - RESCISÃO

9.1 - Serão causas para rescisão do contrato as descritas no art. 78 e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, as quais se consideram transcritas neste Termo de Compromisso para todos os efeitos legais, declarando a EMPRESA ter pleno conhecimento de suas disposições, sujeitando-se a EMPRESA, caso ocorra qualquer infração ao referido artigo, às penalidades previstas no art. 87 do mesmo diploma legal também de expressa ciência das partes.

9.2 - O presente contrato será rescindido ainda, caso a EMPRESA não apresente aos órgãos competentes, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da publicação do presente termo, projeto de instalação e funcionamento para aprovação e licenciamento da atividade, sujeitando-se a penalidade de indenização na forma prevista no edital e no presente Termo de Compromisso, ou caso a EMPRESA não inicie e conclua as atividades de instalação, e efetivamente opere suas atividades empresárias, ainda que parcialmente, em no máximo 120 (cento e vinte) dias após a aprovação e licenciamento dos órgãos competentes, também sujeitando-se a penalidade de indenização na forma prevista no edital e no presente Termo de Compromisso.

9.3 - Igualmente será rescindido caso a EMPRESA descumpra o compromisso de manter as atividades nas condições propostas pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos ininterruptos contados a partir do efetivo início de suas atividades.

10 - PENALIDADES

10.1 - Pelo descumprimento, pela EMPRESA, das disposições contidas no edital, Termo de Compromisso, autorização legislativa específica e demais atos administrativos decorrentes da execução da concessão de incentivo industrial de que trata este instrumento, ou ainda da legislação vigente, ressalvadas ainda as causas de rescisão e suas consequências correlatas, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, isoladas ou conjuntamente com outras previstas na Lei 8.666/93:

- a) advertência expressa e escrita;
- b) multa a ser arbitrada em valor até 10% (dez por cento) do valor do imóvel objeto da concessão de incentivo industrial;
- c) impedimento de participar de qualquer processo licitatório efetuado pelo Município de Paracambi, pelo período de até 02 (dois) anos da data da notificação;
- d) declaração de inidoneidade;

10.2 - As penalidades serão aplicadas somente após devidamente apurados os fatos, encerrado processo administrativo competente, onde será oportunizado o direito ao contraditório e a ampla defesa à EMPRESA.

11 - DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - A EMPRESA deverá manter as atividades até o final do período da concessão do incentivo, sob pena de rescisão.

11.2 - A posse do imóvel será conferida à EMPRESA após o registro do presente termo no cartório de registro de imóveis da Comarca de Paracambi.

11.3 - As despesas com tributos e demais custos decorrentes do benefício a ser concedido por deste Termo de Compromisso, serão suportadas exclusivamente pela EMPRESA.

12 - FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Paracambi para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da execução do edital de licitação modalidade concorrência nº 001/2018, do presente Termo de Compromisso e demais atos decorrentes da execução do incentivo industrial, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem às partes de acordo, firmam o presente Termo de Compromisso em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas instrumentais para que produza os devidos efeitos legais e jurídicos.

Paracambi - RJ, de de 2018.

Município

EMPRESA

Testemunhas:

CPF:
RG:

CPF:
RG:

ANEXO II PROPOSTA

A empresa, sociedade comercial, inscrita no CNPJ sob n.º, com sede na, no município de, Estado do, por intermédio do representante legal o Sr., inscrito no CPF sob n.º, residente e domiciliado na Rua, n.º, no município de, Estado do, apresenta ao Município de Paracambi a sua proposta relativa a licitação modalidade de Concorrência n.º 001/2018, que trata de concessão de incentivo industrial na forma de concessão de direito real de uso sobre bem imóvel, nas seguintes condições:

CRITÉRIO: EMPREGOS DIRETOS (TOTAL DO EMPREENDIMENTO)

Número TOTAL de empregos diretos a serem gerados no empreendimento (letra “a” do item 4.1 do Edital):

- primeiro ano de atividade:
- segundo ano de atividade:
- terceiro ano de atividade:
- quarto ano de atividade:
- Total no quinto ano(.....) empregos

- mais(.....) empregos após o quinto ano de funcionamento.

CRITÉRIO: PROJEÇÃO FATURAMENTO

Projeção de faturamento anual previsto a partir do início das atividades (letra “b” do item 4.1 do Edital):

R\$(.....)

CRITÉRIO: CONTRAPARTIDA FINANCEIRA PARA REFORMA DE UNIDADE ESCOLAR

Valor a ser investido em reforma de unidade escolar a ser indicada pelo Município (letra “c” do item 4.1 do Edital):

R\$(.....)

A proposta tem validade de 90 (noventa) dias, a contar da entrega da presente proposta.

....., RJ, em de de 2018.

Representante legal

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO LOCAL A SER INSTALADO O EMPREENDIMENTO

A proponente abaixo assinada, participante da licitação modalidade Concorrência n.º 001/2018, por seu representante legal, declara, para todos os fins que se fizerem necessários, sob as penas da lei, que é conhecedora do local onde deverá ser instalado o empreendimento, suas condições, relevo, topografia, situação fática, divisas e confrontações, composição do solo, infraestrutura e acessos viários, além de outros fatores de interesse desta licitante, bem como da situação jurídico-legal da matrícula dominial de que trata o imóvel objeto do presente processo licitatório.

(local e data)

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7.º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

A proponente abaixo assinada, participante da licitação modalidade Concorrência n.º 001/2018, por seu representante legal, declara, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, na forma e sob as penas impostas pela Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e legislação pertinente, que não emprega menor de dezoito anos em sua empresa.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

(LOCAL E DATA)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

ANEXO V

DECLARAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DE QUE A EMPRESA LICITANTE NÃO FOI DECLARADA INIDÔNEA PARA CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO

Eu,, brasileiro,, empresário, inscrito no CPF sob n.º
....., residente e domiciliado na, n.º, no município de
....., Estado do, na condição de representante legal da empresa inscrita no CNPJ sob n.º, com sede na, N.º, no município de, Estado do Rio
....., participante da licitação modalidade Concorrência n.º 001/2018 do Município de Paracambi, declaro, para todos os fins que se fizerem necessários, sob as penas da lei, que a referida empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações e que não existem superveniências de fatos impeditivos para sua habilitação.

Local e data.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE PROJEÇÃO DE FATURAMENTO MÉDIO ANUAL

Eu,, brasileiro,, empresário, inscrito no CPF sob n.º, residente e domiciliado na, n.º, no município de, Estado do, e, brasileiro,, contador, inscrito no CPF sob n.º e CRC n.º, residente e domiciliada na, n.º, no município de, Estado do, na condição, respectivamente, de representante legal e contador da empresa, inscrita no CNPJ sob n.º, com sede na, n.º, no município de, Estado do, participante da licitação modalidade Concorrência n.º 001/2018 do Município de Paracambi, declaramos, para todos os fins que se fizerem necessários, sob as penas da lei, que em decorrência do empreendimento a ser instalado no Município de Paracambi relativamente ao presente certame a projeção de faturamento médio anual da proponente no exercício de 2018 é de R\$(.....), conforme consta na proposta objeto do Anexo II deste edital.

LOCAL E DATA.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
CONTADOR

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A empresa inscrita no CNPJ sob n.º....., com sede na, N.º, no município de, Estado do Rio, neste ato representada por, brasileiro,, empresário, inscrito no CPF sob n.º, residente e domiciliado na, n.º....., no município de, Estado do, participante da licitação modalidade Concorrência n.º 001/2018 do Município de Paracambi, declara, para todos os fins que se fizerem necessários, sob as penas da lei civil e penal, que se responsabiliza pelo cumprimento e observância da legislação ambiental, arcando com as reparações e recomposições em decorrência de eventuais danos causados ao meio ambiente em virtude da atividade econômica exercida no local, ficando o Município de Paracambi – RJ, isento de qualquer tipo de responsabilidade, seja principal, acessória ou subsidiária.

Local e data.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

ANEXO VIII

TERMO DE REFERENCIA

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

Objeto	Concessão de direito real de uso de lotes de terrenos para incentivo industrial.
Quantidade	Dois lotes de terreno
Especificação do objeto	<p>- <i>MATRÍCULA N.º 2.600: Lote 17 com 1.500m² (mil e quinhentos metros quadrado, tendo 30,00 metros de frente para a rua 01; 50,00 metros pelo lado direito pelo lote 16; 50,00 metros pelo lado esquerdo para área de propriedade de MC-Administração e Participações Ltda. (Casa de Saúde Dr. Eiras); 30,00 metros pelos fundos de área reservada a Prefeitura. É atribuído ao imóvel o valor de R\$217.120,72 (duzentos e dezessete mil, cento e vinte reais e setenta e dois centavos), nos termos do parecer exarado pela Comissão de Avaliação Imobiliária do Município.</i></p> <p>- <i>MATRÍCULA N.º 2.600: Lote 12 com 1.500m² (mil e quinhentos metros quadrado, tendo 30,00 metros de frente para a rua 01; 50,00 metros pelo lado direito pelo lote 11; 50,00 metros pelo lado esquerdo para o lote 13; 30,00 metros pelos fundos de área reservada a Prefeitura. É atribuído ao imóvel o valor de R\$217.120,72 (duzentos e dezessete mil, cento e vinte reais e setenta e dois centavos), nos termos do parecer exarado pela Comissão de Avaliação Imobiliária do Município.</i></p>
Justificativa	<p>Trata-se de providência que visa fomentar a implantação de novos empreendimentos industriais no Município, prevista na Lei Municipal nº 1.163/2015.</p> <p>Objetiva-se a geração de empregos formais no Município para fins de impacto positivo na economia local como um todo, bem como o aumento da arrecadação municipal, especialmente pela maior participação na repartição do ICMS.</p> <p>Como contrapartida para a concessão do direito real de uso, busca a Administração Municipal prestação <i>in natura</i> com investimentos em</p>

	<p>áreas essenciais. No atual cenário de crise e queda de arrecadação, o poder de investimento do Município em obras e reformas fica reduzido, motivo pelo qual aproveitamos a oportunidade para a obtenção de recursos para investimentos.</p> <p>Desta feita, optamos por indicar contrapartida financeira a ser revertida para reforma de unidade escolar.</p> <p>Os parâmetros para a futura reforma e seu projeto básico, serão posteriormente definidos pela Secretaria de Educação e Esportes, juntamente com a equipe de engenharia do Município, de acordo com o valor constante na proposta da licitante vencedora.</p>
Requisitos mínimos para concessão	<p>As condições mínimas para fazer jus à concessão de direito real de uso de cada bem imóvel de que trata este termo de referência são:</p> <p>a) implantar empreendimento novo, não sendo aceita a simples mudança de razão social, a transferência de quotas ou controle acionário, a aquisição de estabelecimento existente, bem como a mudança de atividade econômica;</p> <p>b) a geração e manutenção no primeiro ano de atividade no imóvel, no mínimo, 30 (trinta) empregos diretos na empresa a ser instalada, preferentemente com mão-de-obra local;</p> <p>c) faturamento global médio anual do proponente de, no mínimo, R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), a contar do início das atividades na área industrial do Município de Paracambi;</p> <p>d) apresentação de projeto de instalação da atividade em, no máximo, 90 (noventa) dias, a contar da publicação do termo de concessão;</p> <p>e) implantar integralmente o empreendimento novo no prazo máximo de 12 (doze) meses, contar da publicação do termo de concessão.</p> <p>f) gerar a DECLAN-IPM vinculada ao Município de Paracambi;</p> <p>g) compromisso de contrapartida consistente na reforma ou ampliação de unidade escolar do Município no valor mínimo de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).</p>
Prazo da concessão	Com base no parágrafo quarto do artigo 2º da Lei Municipal 1.163/2015, será de 30 (trinta) anos, prorrogável por igual período.
Prazo mínimo de funcionamento ininterrupto	<p>O proponente deverá manter as atividades nas condições propostas pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos ininterruptos contados a partir do efetivo início de suas atividades.</p> <p>A partir do décimo primeiro ano a licitante vencedora poderá reduzir, justificadamente, suas atividades, desde que mantidos os requisitos mínimos da Lei Municipal 1.163/2015, especialmente o número mínimo de 30 empregos diretos.</p>
Da indenização	Deverá constar no edital e contrato cláusula de indenização consistente no pagamento em favor do Município, de aluguel mensal, em valor a ser apurado mediante laudo técnico do Engenheiro do Município, relativo ao

	<p>período de utilização pela empresa beneficiada, acrescido de correção monetária pelo IGPM-FGV e juros legais de 12% ao ano, no caso de fechamento do estabelecimento, suspensão ou interrupção das atividades ou de redução ou não alcance das metas constantes da proposta antes de cumprido o prazo mínimo de 10 anos contados do efetivo início das atividades.</p>
<p>Das responsabilidades e obrigações da proponente:</p>	<p>A licitante vencedora terá as seguintes responsabilidades e obrigações:</p> <p>a) assinar o Termo de Compromisso no prazo de até 10 (dez) dias após a convocação ou assim que solicitado pelo Município de Paracambi;</p> <p>b) cumprir todas as cláusulas e condições deste Termo de Referência, do Edital, do Termo de Compromisso de Incentivo Industrial, da Lei Municipal n.º 1.163/2015, bem como demais atos administrativos decorrentes deste edital;</p> <p>c) proceder ao início e concluir, ainda que parcialmente, a instalação do empreendimento num prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da aprovação do projeto e do licenciamento da atividade pelos órgãos competentes;</p> <p>c.1) a instalação do empreendimento poderá se dar em etapas para que o estabelecimento esteja total implantado no prazo de 12 (doze) meses, valendo o prazo de 180 dias para início de alguma etapa da atividade empresarial, com geração de empregos e produção industrial.</p> <p>d) permitir aos encarregados da fiscalização do Município, durante o período da concessão industrial, livre acesso, em qualquer época, ao imóvel objeto deste certame, para certificação de sua utilização, inclusive das instalações do empreendimento;</p> <p>e) manter e conservar, às suas custas, os bens objeto desta concorrência;</p> <p>f) fornecer ao Município, sempre que solicitado, quaisquer informações e/ou esclarecimentos que sejam inerentes à relação contratual decorrente deste certame;</p> <p>g) cumprir a legislação vigente para a instalação de suas atividades, ou para o exercício delas, incluindo todas as providências necessárias à obtenção de alvarás, licenças ou demais exigências legais (incluindo as exigências ambientais);</p> <p>h) pagar todos os tributos, emolumentos ou encargos que incidirem sobre o imóvel ou as atividades ou serviços desenvolvidos pela beneficiada com a concessão de que trata</p>

	<p>este certame, bem como despesas decorrentes da instalação, uso e manutenção dos bens imóveis;</p> <p>i) responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes da relação trabalhista e previdenciária, especialmente aquelas decorrentes do vínculo empregatício que firmar com seus empregados a fim de fornecer os empregos a que está obrigada, eximindo o Poder Público Municipal de qualquer responsabilidade, seja solidária ou subsidiária;</p> <p>j) fornecer ao Município anualmente até o último dia útil do mês de fevereiro de cada ano, relação dos empregados através do registro na CTPS e o valor do faturamento do mesmo período (de janeiro a dezembro do ano anterior), com demonstrativo mês a mês, para que o Município possa conferir o cumprimento da proposta oferecida;</p> <p>k) responsabilizar-se pelo cumprimento e observância da legislação ambiental, arcando com as reparações e recomposições em decorrência de eventuais danos causados ao meio ambiente em virtude da atividade econômica exercida no local, ficando o Município isento de qualquer tipo de responsabilidade, seja principal, acessória ou subsidiária.</p>
Fiscalização	O cumprimento das metas será fiscalizado por servidores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Energia.

Paracambi, ____ de _____ de 2018.

JÚLIO DA SILVA GONÇALVES OLIVEIRA

Secretário de Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Energia

LICITAÇÃO

LICITAÇÃO N.º 001/2018.
PROCESSO N.º 5481/2017.
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA
TIPO: MELHOR OFERTA

ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ O DIA 02 de ABRIL DE 2018 ÀS 10:00 HORAS

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 02 de ABRIL DE 2018 ÀS 10:00 HORAS
--

OBJETO: CONCESSÃO DE INCENTIVO INDUSTRIAL, NA FORMA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO SOBRE BEM IMÓVEL, PARA INSTALAÇÃO DE EMPRESA.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, através do telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103, mediante entrega de 02 Resmas de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Energia.

PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO: Até 05 (cinco) dias, após autorização da ordem de fornecimento. O presente Edital está dividido nas partes A, B e Anexos abaixo descritos:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Projeto Básico
Anexo 7	-	Minuta da Ata Registro de Preços
Anexo 8	-	Termo de Garantia do Equipamento

ELIAS FERREIRA DA ROSA
Pregoeiro

RAZÃO SOCIAL		CARIMBO DO CNPJ
TELEFONE:		
E-MAIL:		
RECEBIDO POR:		
	DATA:	